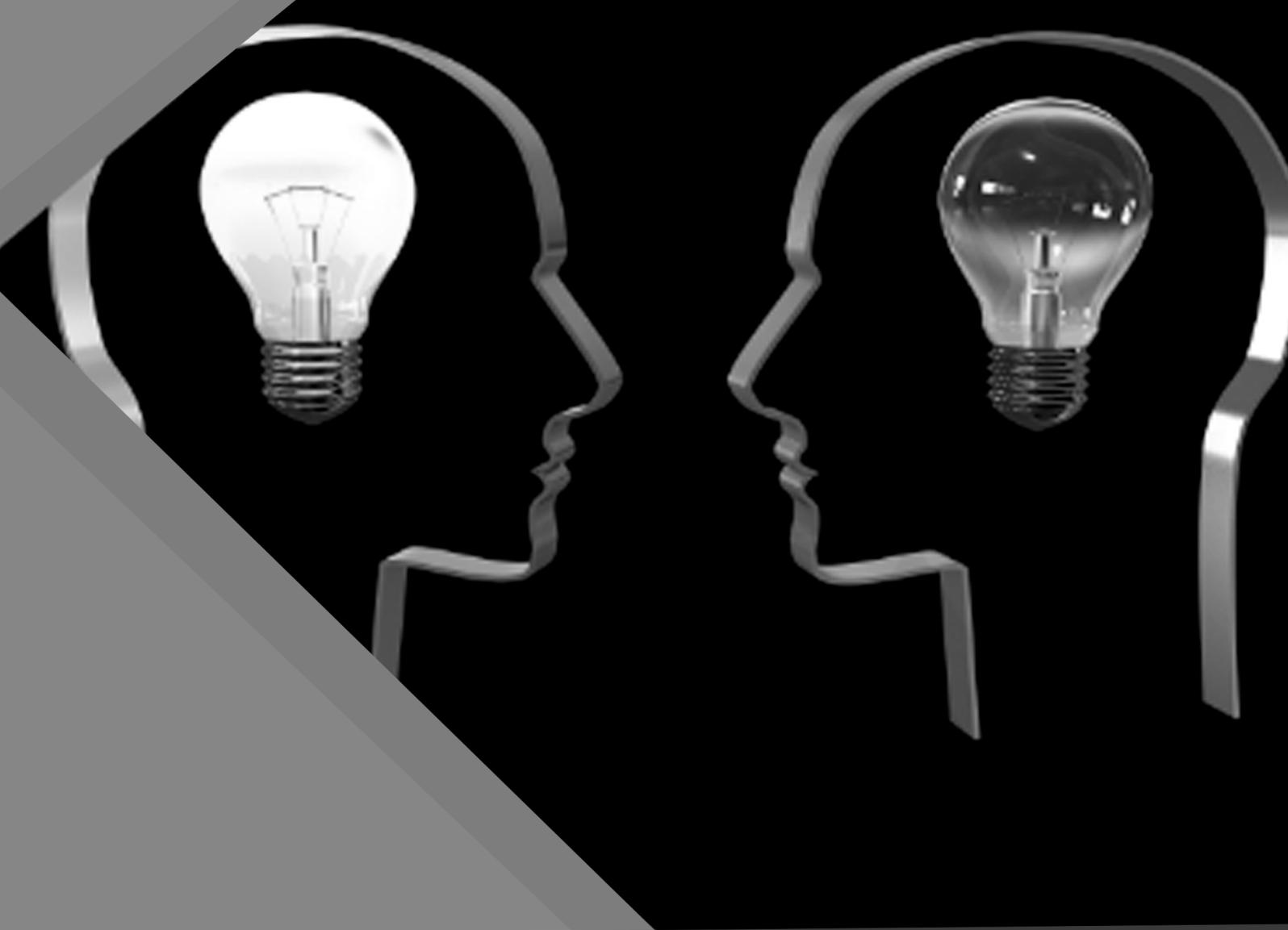




Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

ados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D611	<p>Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do E. Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-128-2 DOI 10.22533/at.ed.282202306</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Santo, Janaína de Paula do E.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas se constitui em uma coletânea de artigos preocupada em apresentar e discutir a miríade de possibilidades das humanidades enquanto área de conhecimento. A interdisciplinariedade tem sido uma busca e um alvo constante nas discussões da área, e do processo de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso está presente na formação da palavra, composta pelo prefixo inter, ou seja, dentro, entre, e a palavra disciplinar, que marca, o sentido pedagógico de um campo ou de uma área de pesquisa. Reconhecer as ciências humanas como um espaço plural e em constante diálogo tem sido um dos desafios dos últimos tempos. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a compreensão ampliada dos diferentes saberes.

Neste sentido evocamos a noção de interdisciplinaridade de Weil, D'Ambrosio e Crema (1993) que chamam a atenção para o aspecto de síntese do conceito, e a possibilidade de abarcar, em diálogo, duas ou mais disciplinas, constituindo um discurso em diferentes níveis, que são caracterizados por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais, nos diversos campos científicos. Ainda neste sentido, mas em um olhar ainda mais abrangente, Lück (1999) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de pesquisadores, num trabalho conjunto. Essa interação visa, especialmente se contrapor à fragmentação do conhecimento em um empenho para alcançar um ambiente de saberes cidadãos, de uma visão mais ampla de mundo, do enfrentamento de problemas complexos, do conhecimento amplo como uma ferramenta de interpretação da realidade, e por consequência, da construção de amplitude nos processos de olhar o mundo.

Há que se caminhar, cada vez mais para a visão de um conhecimento circular e dinâmico, constitutivo e dialógico, de formação de sentidos para a experiência no mundo, no tempo e no espaço, que fortaleçam, demonstrem e explorem, cada dia mais, o impacto da percepção humana no processo de absorção do conhecimento (ou seja, o modo de ver, classificar e elaborar) para além da ideia de uma ferramenta de análise, mas, muito especialmente, como uma forma de estimular o pensamento. Um canal de formação de sentidos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS	
Tiago de Garcia Nunes Samantha Vieira Zschornack Diego Rodrigues Gonçalves Solaine Gotardo	
DOI 10.22533/at.ed.2822023061	
CAPÍTULO 2	13
CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.2822023062	
CAPÍTULO 3	26
SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023063	
CAPÍTULO 4	45
AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA	
Letícia Aparecida Rocha Edivaldo Ferreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023064	
CAPÍTULO 5	59
A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA	
Jessyca Fonseca Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2822023065	
CAPÍTULO 6	71
A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS <i>ANNALES</i> NO BRASIL NOS ANOS 30	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.2822023066	
CAPÍTULO 7	88
A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Luiz Augusto Oliveira Ribeiro Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2822023067	

CAPÍTULO 8	100
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO	
Vera Borges de Sá Isabelle Barbosa da Silva Julianne Ferreira de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.2822023068	
CAPÍTULO 9	111
IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
Diana Cibele de Assis Ferreira Halda Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2822023069	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS	
César Augusto Fernandes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230610	
CAPÍTULO 11	136
INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL	
Ellen Mayara Lima Silva Marcela Martins da Silva Nascimento Taciana Rocha dos Santos Carolina Peixoto Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.28220230611	
CAPÍTULO 12	143
O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM <i>ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAI</i> S	
Maria Carolina Moreira Moracci	
DOI 10.22533/at.ed.28220230612	
CAPÍTULO 13	154
LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO	
Izaías Geraldo de Andrade Maria das Dores Andrade de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.28220230613	
CAPÍTULO 14	167
MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	
Leila Sala Prates Ferreira Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28220230614	

CAPÍTULO 15	176
MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO	
Allan Rodrigo de Campos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230615	
CAPÍTULO 16	189
MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS	
Márcia de Oliveira Siqueira	
Leonardo Saraiva	
Lia Mara Wibelinger	
DOI 10.22533/at.ed.28220230616	
CAPÍTULO 17	198
OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA	
Matheus Luiz de Souza Céfaló	
DOI 10.22533/at.ed.28220230617	
CAPÍTULO 18	214
PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA	
Natália Sant Anna Torres	
DOI 10.22533/at.ed.28220230618	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO *NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS*

Data de aceite: 17/06/2020

Tiago de Garcia Nunes

Universidade Católica de Pelotas
tiago.nunes@ucpel.edu.br

Samantha Vieira Zschornack

Universidade Católica de Pelotas
samanthavz94@gmail.com

Diego Rodrigues Gonçalves

Universidade Católica de Pelotas
diego.goncalves.uni@gmail.com

Solaine Gotardo

Universidade Católica de Pelotas
managotardo@gmail.com

RESUMO: O artigo destaca a importância da pesquisa-ação militante na práxis extensionista, em especial do levantamento de indicadores qualitativos de autogestão como ponto de apoio crítico-reflexivo para a incubação do Núcleo de Produção da

Associação Bem da Terra/RS. A pesquisa orientou-se epistemologicamente pelo marxismo autogestionário, a partir de uma abordagem comparativa de cunho sociológico e político. Ao final do artigo são levantadas algumas considerações constatadas a partir da pesquisa. Tal reflexão indaga a possibilidade de converter a realidade pesquisada e analisada em conhecimentos sistematizados capazes de subsidiar práticas de educação popular crítica, com ênfase no processo de incubação universitária do Núcleo de Produção.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa-ação; Economia Solidária; Trabalho Associado; extensão universitária; Núcleo de Produção Elementos da Terra

ABSTRACT: The article highlights the importance of pesquisa-ação in university extension praxis, especially the survey

1 Destacamos as obras de István Mészáros, Cláudio Nascimento, Antônio Cruz, Henrique Novaes, Neusa Dal Ri, Cândido Vieitez e Édi Benini.

2 O roteiro semiestruturado para entrevista dos informantes-chave e a coleta de dados referentes aos Empreendimentos baseava-se em 3 eixos: (1) Quanto à identidade do empreendimento (envolvimento dos trabalhadores no surgimento do empreendimento; organização territorial; configuração institucional/formato jurídico; forma de ingresso e associação; organicidade e autonomia em relação a parceiros, apoiadores e agentes externos; (2) Autogestão interna: estruturas, organicidade, cooperação, autonomia e participação (representação e democracia direta); divisão do trabalho; canais de informação e formação voltados para o processo produtivo; (3) Autogestão societal ampliada: elementos de socialização autogestionária e tendências para a integração socioprodutiva ampliada. Meios/canais de informação e formação continuada, mobilização política, agitprop (agitação e propaganda). Relação com movimentos sociais e outros empreendimentos. Integração sociopolítica com a comunidade na qual o empreendimento está inserido.

of qualitative self-management indicators as a critical-reflexive support point for the incubation of the Production Group Associação Bem da Terra - RS. The research was guided epistemologically by self-managed Marxism, based on a comparative approach of a sociological and political nature. At the end of the article, some considerations raised from the research are raised. Such reflection asks the possibility of converting the researched and analyzed reality into systematized knowledge capable of subsidizing critical popular education practices, with emphasis on the university incubation process of the Production Center.

KEYWORDS: Action research; Solidarity economy; Associated Work; University Extension; Associação Bem da Terra

INTRODUÇÃO

O artigo destaca a importância da pesquisa-ação militante na práxis extensionista, em especial do levantamento de indicadores qualitativos de autogestão como ponto de apoio crítico-reflexivo para a incubação do *Núcleo de Produção da Associação Bem da Terra/RS*. A pesquisa orientou-se epistemologicamente pelo marxismo autogestionário¹, a partir de uma abordagem comparativa de cunho sociológico e político. Ao final do artigo são levantadas algumas considerações constatadas a partir da pesquisa. Tal reflexão indaga a possibilidade de converter a realidade pesquisada e analisada em conhecimentos sistematizados capazes de subsidiar práticas de educação popular crítica, com ênfase no processo de incubação universitária do *Núcleo de Produção*.

MÉTODO

Para cumprir com os objetivos foi realizada pesquisa de campo para articular dimensões qualitativas e quantitativas à investigação; combinou-se a análise documental, audiovisual e eletrônica do empreendimento estudado² com 6 entrevistas aplicadas às trabalhadoras que o que o integram³. Os resultados da pesquisa mais ampla resultaram nos *indicadores de autogestão* descritos no anexo I⁴. O *autogestômetro* com a tabulação referente ao *Núcleo de Produção* consta no anexo II.

O autogestômetro foi a ferramenta metodológica desenvolvida para traçar as diferentes organicidades dos empreendimentos e verificar, posteriormente, a influência das mediações e práticas organizativas institucionais no comportamento, na prática e a consciência autogestionária individual dos trabalhadores/as. A construção do instrumento foi inspirada nas rosáceas desenvolvidas na obra Empreendimentos autogestionários provenientes de

3 Os instrumentos para a pesquisa de campo, tabulação, análise e apresentação dos dados coletados foram construídos a partir de instrumentos, variáveis e indicadores de pesquisa integrantes das seguintes obras: (1) *A enquete operária* de Karl Marx; (2) *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas* de TAUILE et al; (3) *Autogestão em avaliação* da ANTEAG; (4) *Organicidade socioproductiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal* de Édi BENINI et al; (6) *Agitação e propaganda no processo de transformação social* da ViaCampesina.

4 A metodologia é parte constante de uma pesquisa mais ampla que, com intuítos comparativos, analisou quatro Empreendimentos Solidários e seus respectivos trabalhadores.

massas falidas: relatório final: junho de 2004 (TAUILE, 2005), em razão da criatividade e capacidade demonstrativa apresentada pelos resultados da pesquisa. Assim foi possível organizar graficamente os elementos da pesquisa de campo a partir da definição de 32 indicadores institucionais divididos em três grandes blocos estruturantes, a saber: (1) identidade do empreendimento ; (2) autogestão interna: organicidade, cooperação, autonomia e participação; (3) autogestão societal ampliada: elementos de socialização autogestionária e tendências para a integração socioprodutiva ampliada. Para cada indicador foram fixados quatro níveis para quantificar maiores e menores tendências institucionais com mediações propícias para o desenvolvimento da consciência e prática autogestionária representadas por barras coloridas, definidas a partir do centro em direção às extremidades do círculo da seguinte forma: (1) socialmente inaceitável (cor lavanda); (2) aceitável (cor amarela); (3) socialmente necessário (cor vermelha); (4) padrão idealizado (cor roxa). Os indicadores e níveis foram classificados com base numa tabulação realizada a partir das informações obtidas pela aplicação do roteiro semiestruturado para entrevistas dos informantes-chave e coleta de dados referentes aos Empreendimentos.

A construção dos instrumentos de coleta e de análise/tabulação dos dados também recebeu forte influxo dos instrumentos apresentados na obra *Autogestão em Avaliação* (ANTEAG, 2004) produzida a partir dos resultados da pesquisa *Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul* realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária em 2001. Dentre os principais elementos emergentes de análise destacam-se: tendências para a integração socioprodutiva ampliada e de socialização autogestionária; meios e canais formais/informais de informação e formação continuada; canais e estratégias de mobilização política interna e externa; instrumentos de AGITPROP (agitação e propaganda) como a música, o teatro, as artes plásticas, a fotografia, as místicas, as celebrações das datas importantes dos empreendimentos; a relação política e econômica com outros agentes, empreendimentos e movimentos sociais e populares; existência de atividades de integração sociopolítica com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual o empreendimento está inserido, além de relacionamento com outras instituições como associação de moradores, coletivos artístico-culturais, escolas/universidades; a existência de canais de escoamento da produção alternativos ao mercado capitalista e de sistemas compartilhados de logística, crédito, investimento e consumo direto; relações orgânicas dos empreendimentos com outros empreendimentos, movimentos sociais e populares, partidos políticos e sindicatos, entidades de apoio, redes e com o próprio Estado.

Além da ferramenta institucional, a pesquisa ainda apontou 32 indicadores comportamentais que foram elaborados com o intuito de captar aspectos relativos à consciência e cultura autogestionária individual de cada trabalhador a partir da sua práxis e reflexão sobre a prática coletiva na sua organização para posteriormente intentar aferir em que medida os diferentes indicadores institucionais influenciam (e se influenciam) o comportamento, a cultura e a prática autogestionária dos trabalhadores.

Se existem diferentes maneiras de cooperar, participar e protagonizar torna-se

imprescindível entender com qual intencionalidade os trabalhadores experimentam os eventuais avanços obtidos no interior das unidades produtivas. Os indicadores comportamentais foram divididos em 3 (três) grandes blocos estruturantes: (1) autogestão interna: organicidade, cooperação, autonomia, participação, disciplina, confiança e liberdade; (2) autogestão societal ampliada: solidariedade de classe, participação e mobilização política, relação com movimentos e outros atores sociais; (3) aspectos sociopolíticos gerais.

No primeiro bloco (1) - autogestão interna – o trabalho de campo procurou captar dos trabalhadores: (a) a compreensão do que possa ser a autogestão (ou expressões análogas como autonomia, auto-organização ou controle); (b) a percepção sobre a divergência de opiniões e conflitos de ideias no interior da organização; (c) a percepção sobre a cooperação entre os trabalhadores; (d) o grau de participação nas principais decisões; (e) o conhecimento dos canais de participação existentes; (f) a participação nas atividades internas e externas de formação técnica; (g) os motivos pelos quais os trabalhadores optaram por trabalhar num empreendimento solidário; (h) a percepção sobre a divisão do trabalho e tarefas; (i) a opinião sobre a retirada/remuneração dos trabalhadores; (j) o ponto de vista sobre a carga horária e a intensidade do trabalho; (k) a avaliação sobre o que é preciso aprimorar num empreendimento solidário.

No bloco (2) - autogestão societal ampliada – o objetivo foi avaliar a participação dos trabalhadores em atividades políticas internas e externas que extravasem os muros da unidade produtiva assim como a sua percepção sobre as relações políticas e econômicas estabelecidas pelo empreendimento com outros empreendimento e atores sociais. Com isso, intentamos decifrar em que medida a solidariedade com a classe trabalhadora está presente no imaginário dos trabalhadores e qual a sua percepção sobre uma eventual confluência dos objetivos corporativos do empreendimento com bandeiras de lutas mais amplas e a socialização dos eventuais avanços obtidos no interior da sua organização. Os indicadores do bloco 2 versam sobre: (a) histórico do empreendimento, especialmente a memória pessoal sobre o momento de sua criação assim como as principais mobilizações políticas, períodos de crise e vitórias ocorridas; (b) interesse por atividades internas e externas de formação política e a efetiva participação nestas; (c) realização de vivências em outras experiências de trabalho associado e constatação sobre as dificuldades que estas também atravessam; (d) nível de compreensão sobre a existência de relações com outros atores e como estas são feitas com eventual existência de setor específico para a tarefa; (e) capacidade de identificar aliados, parceiros e adversários do empreendimento; (f) grau de clareza sobre o que vem a ser os movimentos ou organizações sociais e a frequência de participação nas suas atividades; (g) apropriação em relação ao movimento

5 Documentos internos da Associação.

6 De acordo com Dal Ri e Vieitez o trabalho associado configura-se quando um coletivo detém posse ou propriedade de uma unidade econômica passando a controlar a sua gestão. Este possui algumas características que o diferencia das empresas capitalistas, como: “supressão do trabalho assalariado; retiradas (salários) iguais ou equitativas; substituições das hierarquias burocráticas por coordenações; deliberações em Assembleias gerais; nova perspectiva educacional para os trabalhadores, entre outras”. Os mesmos autores ainda empregam a expressão OTAs *mais-democráticas* para designar empreendimentos com algumas características mais propensas ao engajamento em processos de mudança social.

social ao qual o empreendimento faz parte; (h) participação em organização ou movimento popular referência do empreendimento ou parceiro e a condição e intensidade em que a participação ocorre; (i) opinião em relação a existência de relações políticas locais, regionais, nacionais e internacionais assim como a importância de contribuir nas lutas de trabalhadores e movimentos sociais contra a exploração onde quer que ocorram; (j) a lucidez a respeito da existência de relações econômicas em nível micro e macro econômico e a influência destas no funcionamento do empreendimento; (k) reflexão sobre perspectivas ampliadas de autogestão tanto na esfera política como econômica - compartilhamento de espaços, recursos produtivos, economias de rede, serviços, crédito solidário, bens e objetos com outros empreendimento, organizações e movimentos populares, entidades de apoio ou redes e o Estado; (l) preocupação com a integração sociopolítica do empreendimento com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual o empreendimento está inserido e com organizações e movimentos populares, associação de moradores, partidos políticos, sindicatos, coletivos artístico- culturais, cursos EJA, escolas/universidades etc.

No bloco (3) – aspectos sociopolíticos gerais – o propósito foi o de avaliar a consciência dos trabalhadores a partir da sua compreensão e posicionamento em relação a temas relevantes à classe trabalhadora e com grande repercussão nos meios de comunicação.

O NÚCLEO DE PRODUÇÃO EM CONTEXTO

O Núcleo de Produção das Artesãs da Associação Bem da Terra (NP) é um coletivo composto por 10 artesãs e foi constituído há aproximadamente três anos no interior da Associação Bem da Terra (ABDT), que consiste numa associação de fins não lucrativos de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) da região sul do Rio Grande do Sul. Apesar de ser formado por trabalhadoras de empreendimentos da Associação Bem da Terra, o *NP* possui organicidade própria, podendo ser considerado um empreendimento independente, no qual toda a gestão e organização do trabalho são determinadas pelas próprias trabalhadoras. No entanto, antes da análise do *NP*, é imprescindível compreender o contexto do seu surgimento no interior da Associação assim como o contexto de criação da própria Associação.

A ABDT nasceu como resultado direto de uma *pesquisa-ação* desenvolvida por pesquisadores dos empreendimentos fundadores e do NESIC/UCPEL entre os anos de 2007-2009. Nesse período, foram visitados vários empreendimentos solidários - *Coesperança*, em Santa Maria/RS e *Mundo Paralelo*, em Porto Alegre/RS); e estudadas experiências exitosas - supermercado *Eróski*, em Mondragón/País Basco, o Centro de Abastecimento Comunal *El Galpón*, em Buenos Aires/Argentina e o *CEPESI*

– *Centro Público de Economia Solidária*, em Itajaí/SC.

7 Entrevista realizada com trabalhadora do NP em abril de 2016

8 Convênio interministerial do qual participam a SENAES, MTE, PRONINC e o CNPq.

9 Apesar de o recurso ter sido gerido pelo NESIC, constatou-se uma importante participação e integração institucional do núcleo universitário TECSOL da UFPel.

10 Entrevista realizada com trabalhadora do NP em abril de 2016.

As reuniões de trabalho desenharam um modelo apropriado para ser coletivamente construído e que considerou as principais especificidades da Economia Solidária. Os trabalhadores concretizaram a proposta: formalizaram uma associação, criaram nome e marca, e passaram a realizar uma *atividade experimental* – uma feira mensal nas imediações da universidade, que atenderia a um público muito variado (como um passo de *dupla acumulação*: social e econômica).⁵

Transcorridos quase dez anos do seu surgimento como rede, a Associação conta atualmente com cerca de 40 empreendimentos que representam aproximadamente 850 produtores/trabalhadores das cidades de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas e Piratini, além das citadas entidades apoiadoras tanto públicas como privadas.

Neste sentido, o NP cumpre papel relevante, pois é o primeiro grupo a se estruturar como uma *Organização de Trabalho Associado*⁶ com tarefas produtivas no interior da Associação. Durante a entrevista, uma trabalhadora do NP relata o momento inaugural do seu surgimento, a partir do contato com a extensão universitária:

Há muito tempo nós tínhamos a ideia de ter um centro de distribuição, uma banca no mercado e um ateliê. Não queríamos abrir mão de nada. Então eu levei uma proposta pra reunião de fazer uma coleção em homenagem, para homenagear os 10 anos da associação e os grupos. Quando eu cheguei lá tinha uma integrante da incubadora da UCPel e uma assessora do SEBRAE que disseram: “- temos uma proposta que pode ser a *ponta* da ideia de vocês, um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de uma *coleção de artesanato* junto ao CNPQ, aí vocês tentam construir um coletivo com integrantes dos grupos mais fragilizados”. Então pensei que foi um encontro de duas ideias que deram numa mesma proposta. O projeto foi aprovado. Não existia muito recurso, mas custeava profissionais e equipamentos. Então foi uma pedreira. Mas tocamos em frente e aqui estamos. No início os grupos (da Associação) faziam o próprio material porque já começamos sem recurso nenhum.⁷

O projeto de pesquisa citado pela trabalhadora foi submetido pelo NESIC/UCPel junto ao CNPQ⁸ e obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do Núcleo de Produção⁹. Os recursos aprovados contemplaram: contratação de assessores em áreas técnicas como *Design* e gestão da produção; locação de veículo e combustível; instrumentos de produção como máquina de costura, tesouras, bastidores, teares, agulhas; matéria-prima para pesquisa e desenvolvimento da coleção como algodão, álcool, botões, tecidos diversos, linhas, fibras; material de expediente; computador e projetor; passagens para assessores de outras localidades e para integrantes do NP. A assinatura do convênio entre a UCPel e o CNPQ viabilizou a cessão do uso de uma sala da universidade para a produção, que funciona como ateliê do NP, sendo esta sua a única unidade produtiva. Além disso, o projeto possibilitou a realização de um estudo de mercado preliminar à execução da coleção e de uma pesquisa sobre o perfil das trabalhadoras do núcleo, realizado concomitantemente à execução das etapas da coleção.

Em novembro de 2015 foi lançada a coleção *Elementos da Terra*, que reúne itens com destaque para a identidade e a flora local, cuja perspectiva é o resgate e preservação de traços regionais. “Na confecção de todas as peças são utilizadas técnicas artesanais combinadas com novas tecnologias sociais. Resgatar as técnicas do bordado caseiro

11 Idem.

transmite a ideologia do cuidado com a natureza”.¹⁰ O lançamento da *Coleção* simbolizou importante momento de superação coletiva.

O início da produção foi entre 2012/2013 quando aprontamos todos os protótipos, 63 peças. O pessoal pensou, não dá. Ficamos com medo por que tínhamos que correr atrás de recurso. Algumas deram para trás, mas eu não desisti daquela ideia que vinha lá de trás e o *Deus* da UCPel também não (risos). Daí quando deu esse projeto do CNPQ elas falaram: - vamos botar como base o núcleo de produção! Em 2014 começamos a nos estabelecer aqui na sala e a chamar os grupos de volta. A coleção foi o primeiro trabalho efetivo, naquele dia que eu vi os protótipos com cada setor, setor de crochê, de costura, de pintura, ficava aquele núcleo de mulheres trabalhando ali, era lindo de ver, e eram dias de frio que não dava nem pra ficar sentada. Eu pensei isso funciona aqui dentro. Quando foi para terminar a coleção, ficava um grupo aqui e outro ali [...] isso aqui *formigando*. Olha que foi bonito, a gente tava podre, mas era assim que era para ser.¹¹

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Preliminarmente, a pesquisa e a extensão universitária foram determinantes num duplo aspecto: - primeiro por contribuir na consolidação da Associação Bem da Terra; segundo por submeter, mediante demanda das produtoras, projeto de pesquisa junto ao CNPQ que obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do *NP*. Cabe assim, aos núcleos universitários manterem-se parceiros, vigilantes e sensíveis aos impactos gerados pelo término dos projetos a fim de resguardarem, juntamente com os trabalhadores o futuro e a sustentabilidade dos empreendimentos.

O perfil socioeconômico das integrantes do Núcleo de Produção destaca a sua particularidade e aponta alguns elementos para os futuros processos de formação técnico-política:

- Sobre a questão de gênero, o *NP* é composto integralmente por mulheres. Destas, 80% está acima dos 51 anos de idade e 90% moram em bairros pobres. A escolaridade média das trabalhadoras é o ensino médio completo [...] 50% reside com companheiros ou filhos que trabalha e contribuem com a renda familiar. Quanto à renda mensal das trabalhadoras, todas recebem menos de R\$1.000,00 como renda mensal [...] 60% recebe até um salário mínimo regional e 30% recebe menos de R\$300,00. Sobre a composição da renda 60% declarou receber menos de R\$100,00 mensais na atividade junto ao empreendimento solidário a qual está vinculada e 40% declarou não receber mais de R\$ 400,00 [...] 50% usufrui de benefício previdenciário (aposentadoria, pensão por morte ou benefício de prestação continuada). Estes resultados são determinados pelos fatores mencionados anteriormente como, a composição familiar (se mais alguém trabalha na família), bem como se tem alguma outra fonte de renda (benefício previdenciário, aposentadoria, pensão etc.).

É possível inferir que a *avançada faixa etária*, somada a *fruição de benefícios previdenciários* e à *falta de garantia de renda digna* proveniente do empreendimento,

12 Entendimento sobre a autogestão dentro da OTA, Considerações sobre a existência de diferentes opiniões entre os colegas e a percepção sobre a sua importância, Recebimento de informações sobre os acontecimentos internos da OTA, Participação, interesse e colaboração nas atividades internas de formação técnica, Conhecimento sobre o método de definição da carga horária de trabalho e as suas consequências, Discernimento sobre a existência de diferença de retirada/remuneração dos trabalhadores, Apreciação sobre os aspectos necessários para o aprimoramento da OTA.

apresenta-se como variáveis que não favorecem estruturas organizativas mais dinâmicas e intensas. Talvez, por esta razão, as trabalhadoras não se sintam encorajadas a dedicarem-se exclusivamente ao NP, desempenhando uma dupla função e acumulando as tarefas produtivas nos seus grupos de origem. Apesar de serem trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social e que necessitam de fontes alternativas de renda, os números referenciados apontam para o eventual papel que o trabalho associado representa na vida destas trabalhadoras. Todas as entrevistadas manifestaram que a Economia Solidária tem mais relevância política e recreativa que econômica. Evidentemente que a escassez de recursos financeiros é componente de grande impacto no quadro apresentado. Os elementos destacados não minimizam a importância do Núcleo de Produção como um empreendimento, apenas lhe confere essência distinta se comparado com outros empreendimentos.

No terceiro ano de atividade produtiva o NP ainda não atingiu viabilidade econômica e os poucos recursos que compõem a sua receita são destinados ao pagamento das mensalidades da Associação.

Em relação à organização do trabalho percebeu-se que o NP possui algumas funções razoavelmente definidas como a costura, o crochê e a pintura; a coordenação era exercida por uma trabalhadora bolsista do projeto e que ainda se mantém na função.

As reuniões da produção e os processos deliberativos são realizados de acordo com a necessidade. As trabalhadoras mantêm o ateliê funcionando dois dias por semana e a incipiente produção é escoada principalmente nos canais de comercialização da *Rede Bem da Terra* – loja do mercado, feira virtual e feira itinerante.

Em relação às práticas comunicativas, por se tratar de um coletivo recente e pequeno, a comunicação interna funciona basicamente pela oralidade e por meio de alguns murais afixados no ateliê, que também exibem fotos e um breve histórico do NP. Além disso, algumas atividades do Núcleo são divulgadas no sítio e nos perfis de redes sociais da Associação. O NP possui um perfil próprio numa rede social ainda com discreta utilização. Apenas uma trabalhadora entrevistada manifestou afeição às pautas *progressistas* ou *de esquerda*. A inexistência de publicações impressas ou digitais com alcance externo como panfletos, boletins, revistas, livros ou zines dificulta a captação da intencionalidade política do coletivo em relação a outras pautas ou bandeiras políticas. Destacando-se as referências à Economia Solidária.

Quanto às práticas formativas, as trabalhadoras declararam não terem participado de atividades de formação técnica e/ou política nos últimos anos. No entanto, algumas entrevistadas registraram a ocorrência de atividades desta natureza, especialmente durante os momentos iniciais da Associação Bem da Terra. Durante a entrevista, uma trabalhadora entendeu que isso seria uma fragilidade importante e ser contornada.

Em relação aos indicadores comportamentais/individuais as trabalhadoras do Núcleo de Produção apresentam uma partição quase que igualitária entre a incidência de manifestações do nível muito fraco e fraco (*socialmente inaceitável*) e do tipo moderada e forte (*aceitável*). As fragilidades foram detectadas em vários elementos, muito aguçadas nos indicadores: 1, 2, 6, 8, 12, 13, 14¹². Tal questão pode resultar do momento delicado em que

vive o empreendimento. O resultado indica uma fragilizada apropriação dos trabalhadores sobre o processo autogestionário interno, tanto em termos de concepção como em relação à experimentação cotidiana da autogestão. Isso pode ser atribuído ao caráter quase que experimental do empreendimento. No entanto, considerando que as trabalhadoras do empreendimento integram também outras experiências é possível inferir que estas reproduzam as mesmas dinâmicas fragilizadas dos seus empreendimentos de origem no núcleo de Produção, evidenciando também a debilidade destes. Tal argumento pode ser reforçado pela fragilidade identificada mediante a análise discursiva das entrevistas, especialmente no que toca a ausência de qualquer compreensão sobre a expressão *autogestão*, mesmo se compreendida como sinônimo de autonomia, autodeterminação ou cooperação.

A partir do resultado comparativo global da pesquisa é possível desenhar algumas considerações específicas ao caso do *Núcleo de Produção*:

(1) Na sociedade sob domínio do Capital, enquanto seu *sociometabolismo* (MÉSZÁROS, 2011) alcançar todas as esferas da vida, não há autogestão plena, da mesma forma que não é possível contemplar uma *nova consciência* dos trabalhadores; a autogestão e o processo de consciência precisam ser analisados como processo, a partir da relação dialética existente entre as representações ideais dos indivíduos e as suas relações concretas;

(2) Sob as circunstâncias anteriores, as experimentações autogestionárias nos empreendimentos podem, sob algumas condições, engendrar mediações propícias para o desenvolvimento de práticas democratizantes no âmbito interno das experiências com a eventual socialização dos avanços obtidos no interior das unidades produtivas. As rupturas não anulam as continuidades com a lógica heterogestionária, portanto o horizonte da emancipação dos trabalhadores não está garantido; as condições e mediações precisam ser pesquisadas e podem ser um potente instrumento a serviço da extensão universitária;

(3) Em relação aos componentes relativos à autogestão interna (indicadores 7-17), além de inexistir quaisquer perspectivas reflexivas sobre o que venha a ser a *autogestão*, seja de forma *direita*, como *autonomia* ou como *autodeterminação*; a fragilidade dos indicadores aponta a debilidade política do empreendimento. Mesmo em que se respeitem as diferentes maneiras de cooperar, participar e protagonizar no interior dos empreendimentos, pode ser precipitado identificar este empreendimento enquanto *fato de poder*. Os demais indicadores relativos à autogestão ampliada confirmam o argumento, de forma ainda mais aguda;

(4) O convênio governamental estabelecido pelo *NP* possibilitou a aquisição de maquinário e recursos tecnológicos que possibilitarão uma produção apta a gerar renda às trabalhadoras. Contudo, se a renda não vier acompanhada de um salto político, será mais uma, dentre tantas experiências orientadas unicamente para a sobrevivência dos seus integrantes.

Alguns trabalhadores associados ainda têm dificuldades em compreender que o seu trabalho está inserido num contexto mais amplo do sociometabolismo do capital ou de forma mais simplificada, que os acontecimentos no interior dos empreendimentos também são influenciados pelo movimento de outros atores importantes como o Estado e o próprio Mercado. Uma quantidade considerável dos trabalhadores entrevistados desconhecem

outras experiências e as relações estabelecidas por seu próprio empreendimento com outros atores. Esse é um bom motivo para a retomada das práticas formativas. No entanto, estas práticas precisam ultrapassar o método clássico de formação política. A pedagogia mediada pelas práticas artístico-culturais como o teatro, a música, a dança e o próprio grafite, também são surpreendentes instrumentos de sensibilização e transformação dos sujeitos.

Também se constatou que alguns empreendimentos, com um passado repleto de relações políticas e com práticas formativas diversas; com o passar dos anos passam a priorizar as tarefas de gestão do empreendimento e os interesses econômico- corporativos, não ofertando qualquer modalidade de prática formativa ou lúdica para os seus trabalhadores ou de relacionamento desses com a comunidade local. Para Jean-Paul Sartre, é a *livre práxis* do grupo organizado cristalizada em *práxis constituída*: quando o grupo se endurece e o que era movimento se torna rotina, o que era ação converte-se em *procedimentos* (2012, p.293).

Assim, o fortalecimento da organicidade do *Núcleo de Produção* é tarefa urgente que deve ser trabalhada tanto no plano da formação técnica como política. Neste sentido, o levantamento de indicadores qualitativos de autogestão precisa servir como ponto de partida crítico-reflexivo para orientar uma *práxis* extensionista sensível e transformadora. No entanto, tais reflexões ainda precisam ser amadurecidas e exaustivamente debatidas com os trabalhadores para que sejam convertidas em conhecimentos sistematizados capazes de subsidiar processos educativos no interior das unidades produtivas.

REFERÊNCIAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária; IBASE. *Autogestão em avaliação*. São Paulo: Edições ANTEAG, 2004.

BENINI, Édi Augusto; SABINO, Adalberto; GOMES, Ana Lúcia Sales. Organicidade socioproductiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal. In: *Revista Movimentação* v.2, n.2, p. 01-20, 2015.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E JUVENTUDE DA VIA

CAMPESINA. *Agitação e propaganda no processo de transformação social*. 2007.

MARX, Karl. A enquete operária – o questionário de 1880. Anexo 1. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Pólis, 1981.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Editora da Unicamp/ Boitempo, 2011.

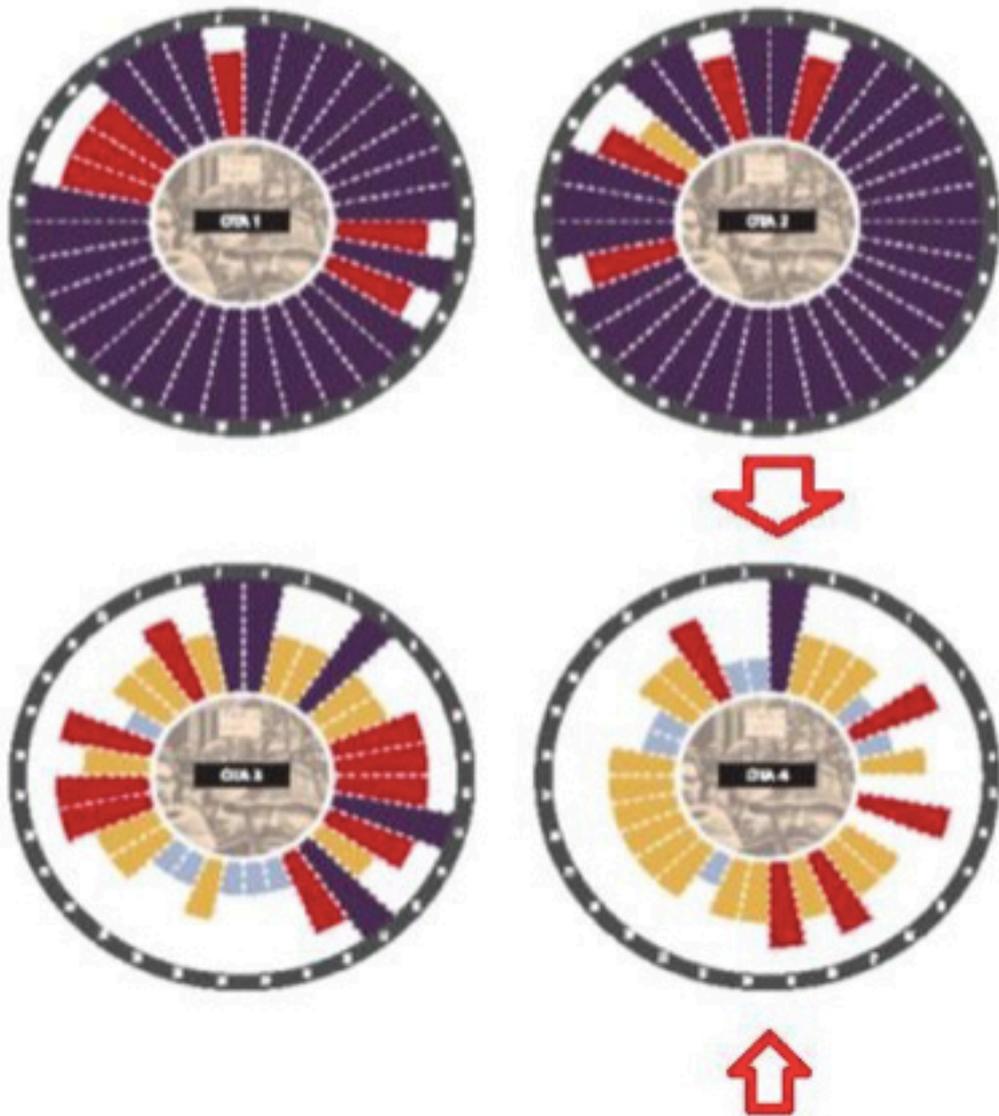
SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la Razón Dialéctica*. Buenos Aires: Editorial Losada,

v.1 e 2, 1979, p. 223 *apud* IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012 p.293.

TAUILE, José Ricardo et al. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final: junho de 2004*. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

ANEXO I - INDICADORES INSTITUCIONAIS DE AUTOGESTÃO

N°		DESCRIÇÃO
Identidade da OTA	1	Envolvimento dos trabalhadores na criação – momento inaugural da OTA
	2	Organização e disposição territorial da unidade produtiva
	3	Posse e/ou propriedade dos meios de produção - regime jurídico
	4	Possibilidade e forma de adesão de novos associados
	5	Participação institucional da OTA em movimentos populares ou organizações sociais e participação destes na OTA
	6	Programa político, demandas ou visão de sociedade razoavelmente definidos
Autogestão interna	7	Modelo de administração (Heterogestão, co-gestão, administração participativa ou autogestão)
	8	Existência de canais de participação e deliberação
	9	Existência de canais para que os trabalhadores troquem informações
	10	Eleição de representantes, rotatividade de cargos e revogação de mandato
	11	Divisão e forma de definição de funções e papéis
	12	Diferença de retirada ou remuneração entre os trabalhadores
	13	Existência de colaboração e cooperação entre diferentes setores
	14	Carga horária e intensidade da jornada de trabalho
	15	Existência de canais de informação e comunicação interna
	16	Participação (em sentido qualitativo e quantitativo) dos trabalhadores nos canais de participação e deliberação
	17	Oferta de atividades internas de formação técnica e/ou gestão associada
social ampliação e organização	18	Existência da expressão autogestão ou expressão análoga nos canais de comunicação
	19	Memória política da OTA e registro detalhado do seu histórico
	20	Solidariedade a outras experiências de trabalho associado, a movimentos populares e a outras organizações sociais
	21	Existência de atividades de formação e mobilização política e existência de setor específico para tal finalidade
	22	Existência de espaço para leitura e aprendizagem dos trabalhadores, familiares e vizinhos assim como de produção de conhecimento próprio



ÍNDICE REMISSIVO

A

Annales 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86

Antropologia 29, 46, 61, 76, 77, 83, 85, 112, 119, 120, 124, 133, 134, 136, 137, 143, 153, 160, 163, 166, 196

Araweté 11, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

C

Camelôs 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25

Cidadania 69, 100, 102, 103, 104, 110, 121, 127, 130, 184

Ciência 26, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 100, 113, 118, 154, 157, 158, 163, 165, 180

Complementaridades 26, 36, 150

Comunidade 1, 3, 5, 10, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 73, 74, 75, 101, 118, 125, 126, 130, 133, 210, 217

Conflitos 4, 19, 45, 47, 48, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 93, 113, 132, 154, 217

Conhecimentos 9, 1, 2, 10, 26, 29, 30, 48, 52, 53, 91, 123, 126, 131, 137, 163, 173, 210

Crônica 88, 89, 90, 98, 191

D

Deleuze 143, 145, 146, 147, 152

Democratização 100, 104

Desenvolvimento 3, 6, 9, 17, 29, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 65, 70, 92, 93, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123, 126, 127, 133, 171, 184, 191, 208, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224

Diálogo 9, 26, 29, 30, 43, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 95, 103, 108, 109, 113, 127

Dicotomias 26, 33, 38, 41

E

Economia Solidária 1, 5, 6, 8, 130

Educação 45, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 131, 134, 175, 207, 212, 227

Elementos 1, 3, 7, 8, 14, 15, 18, 19, 34, 36, 37, 46, 57, 66, 74, 82, 91, 92, 101, 112, 115, 124, 130, 161, 165, 166, 170, 198, 216

Etnocentrismo 71, 80

Extensão universitária 1, 6, 7, 9

F

Feira de Santana 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25

H

Habilidades 61, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 210, 220

I

Identidade 58, 75, 86, 111, 119, 120, 150

M

Mediação 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 162

Memória 4, 35, 56, 72, 123, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Missão francesa 71, 79, 80, 81, 82, 87

Mulher 54, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 185, 191

N

Nação 71, 72, 73, 74, 75, 159, 164, 176, 184, 204

Nobreza 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

O

Ossos Pélvicos 137

P

Pesquisa-ação 1, 2, 5, 104

Podcast 100, 104, 106, 110

Políticas públicas 56, 66, 121, 123, 126, 127, 128, 132, 133, 135

Povos indígenas 47, 57, 111, 112, 118, 148

Q

Quilombola 118, 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134

R

Região 5, 17, 20, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 78, 82, 98, 130, 132, 136, 195

Rei 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 160, 162

S

Sexo 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 168, 185, 186

Sistemas complexos 26, 27, 37, 40, 42, 114

T

Terra 47, 48, 50, 51, 52, 55, 66, 80, 81, 97, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 147, 148, 149, 179, 180, 181, 183

Territorialidades 13, 14, 15, 56, 57

Trabalho 9, 12, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 47, 48, 50, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 82, 83, 91, 102, 108, 119, 121, 123, 124, 125, 132, 134, 144, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 201, 205, 208, 210, 216, 219, 221, 224

U

USP 25, 44, 57, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 153

V

Viabilidade 8, 59, 63, 66, 70

Vídeo 100, 104, 106, 107, 108, 109

Violência 51, 117, 123, 167, 168, 169, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 184, 185

Viveiros de Castro 143, 144, 147, 148, 150, 151

 **Atena**
Publisher
2 0 2 0